

Nas Páginas Criminais: Histórias Carcerárias na Penitenciária Modelo de Aracaju (1926-1950)

Mariana Emanuelle Barreto de Gois¹

Resumo

O presente artigo propõe um estudo de fragmentos das experiências de homens e mulheres na Penitenciária Modelo de Aracaju na primeira metade do século XX, no período de 1926-1950 e objetiva entender as relações de gênero entre os indivíduos no espaço prisional. O texto traz átona episódios da vida dos detentos que nos fazem refletir acerca das transgressões ocorridas no interior e entorno da penitenciária modelo, um dos prédios mais modernos da época. Para análise do estudo foram utilizadas os livros de parte diária, cartas de livramentos condicional e correspondências do governo, localizadas no Arquivo Público do Estado de Sergipe e os processos crime encontrados no Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe. Através da análise das fontes, pode-se constatar que os sujeitos históricos viviam num ambiente dinâmico e suas relações de gêneros revelaram aspectos que ainda não foram historicizados. Logo, este estudo aponta episódios inusitados de indivíduos que irão contribuir para a inserção destas histórias no debate historiográfico local.

Palavras chave: crime, gênero e penitenciária.

Abstract

This article proposes a study of the experiences of men and women fragments in the Model Prison of Aracaju in the first half of the twentieth century, in the period 1926-1950 and aims to understand gender relations between individuals in the prison space. The text provides unstressed episodes from the life of the inmates who make us reflect about the transgressions that have occurred in and around the model prison, one of the most modern buildings of the time. To study analysis were used the day of books, letters conditional deliverances and government correspondence, in the State of Sergipe the Public Archives and criminal cases found in the Judicial Archives of the State of Sergipe. Through the analysis of sources, it can be seen that the historical subjects lived in a dynamic environment and their gender relations revealed aspects which have not yet historicized. Therefore, this study shows unusual episodes of individuals who will contribute to the inclusion of these stories on the local historiographical debate.

Keywords: crime, gender and prison.



1 Graduada em História pela Universidade Tiradentes, Mestre em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana/BA, Doutoranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professora do Curso de História do Centro Universitário AGES.



Meio dia em ponto e do átrio partem as notas metálicas de uma sineta, anunciando o almoço. Dir-se-ia uma corrente elétrica que puzesse em comunicação, instantaneamente, todos os detentos. Porque nas paredes internas dos cubículos, de um por um, repercutiam em ritmo compassado, pancadas que avisam qualquer coisa... E como hesitasse em as transmitir, ligando a corrente de sons, da célula à esquerda lhe falam, intimidamente:

- Seu Angêlo toque pra diante! Compreendeu, então que se tratava de alguma combinação prévia, da qual participava, coletivamente, a população carcerária. Continuou hesitando, contudo, em aderir à trama, cujos modos e fins ignorava. Mas a mesma voz insistiu, agora em tom melífluo: Anjinho ... toque! De ambos os lados a célula estrugiram gargalhadas, seguindo-lhe, chirriantes, assobios longos. E que Ângelo recebia, nesse instante, o batismo a que nenhum jamais escapava: o apelido. Seria daí por diante, para todo o sempre, Anjinho...Anjinho...²

Este era o cenário do interior da moderna edificação, que lembrava um castelo medieval e em suas muralhas obscuras abrigava indivíduos com condutas tidas como desviantes e transgressoras, e que por isso, foram enviados pelas instâncias judiciais com o intento de retirar do convívio social o criminoso, em seguida segregá-lo e readaptá-lo na conhecida Penitenciaría Modelo de Aracaju, ou carinhosamente chamada pela população carcerária como a *Grande*.

Deste ambiente sussurravam vozes que se comunicavam entre os cubículos em animadas falas, eram indivíduos de vários tons de pele e que por ela foram fortemente discriminados. Estes indivíduos trouxeram consigo expressões de espanto e sofrimentos, eram *desordeiros*, *malandros*, *assaltantes*³, cada um com sua triste história e que ali foram classificados por um nome que provinha de sua vivência criminal ou pelos aspectos de sua vida pregressa. Ao adentrar nos arquivos policiais sergipanos que podemos observar às margens dessa moderna construção, personagens inusitadas, como os cúmplices Alceu e Jacinto, a formosa prostituta Lolita e destemido Bola de Neve.

Estes casos constituem episódios criminais que nos permitem pensar diversas questões, como por exemplo, as relações étnico-raciais, mas é o debate de gênero nosso principal objetivo neste artigo sobre as páginas criminais da Penitenciaría Modelo de Aracaju.

2 CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. *Vidas Perdidas*. Salvador: Livraria Progresso, 1933, 31.

3 Descrições encontradas nas fontes utilizadas (processos de livramento condicional e livro de parte diária). Para preservar o nome dos indivíduos envolvidos nos casos, foram utilizados pseudônimos.

O gênero nas fontes judiciais

Para Darton é peregrinando pelos arquivos que nos deparamos com certas surpresas, pois é na análise do documento onde ele é mais opaco, que talvez se consiga descobrir um sistema de significados estranhos. Vimos, com ele que a análise de um documento pode nos levar a trilhar caminhos jamais imagináveis para o pesquisador.⁴

Partindo desta premissa, verifica-se que nos últimos anos os debates historiográficos tem destinado novos olhares aos trabalhos com as fontes judiciais objetivando reconstituir experiências de indivíduos que viveram em locais pouco discutidos. Sobre esta questão Pinsky nos alerta:

A compreensão dos acontecimentos e o resgate de experiências, as generalizações, as categorias e as teorias formuladas devem ser cotejadas com os achados da pesquisa e a representatividade dos dados (ainda que, na prática, “investigação” e “análise”, ou “descoberta” e “teoria”, não sejam dois momentos totalmente distintos do trabalho do pesquisador). Escrever a História não é escrever ficção ou registrar versões sem nenhum critério. A descrição, a explicação da “realidade” e as generalizações subsequentes devem aliar-se à preocupação de fazer uma leitura crítica das fontes, questionar ideais preconcebidas a respeito do assunto e se for o caso, chamar atenção para outros esquemas interpretativos. Diante da variedade de versões, é preciso questionar o sentido dessa diversidade e as condições de sua produção.⁵

Ainda sobre este fato, a autora enfatiza que a História Social oferece aos estudos de gênero várias ferramentas, nas quais o pesquisador pode estudar as representações dos sujeitos e as relações de gênero a partir dos documentos, depoimentos e indícios variados produzidos e deixados pelas próprias pessoas das quais eles falam (como diários, cartas, testemunhos, textos publicados em qualquer mídia).⁶ Notamos também que o Ginzburg chama de “pistas, sintomas e indícios”⁷, comparando o historiador ao médico quando mencionou que o conhecimento histórico é indireto, indiciário e conjectural.

Diante da expansão dos debates historiográficos nos últimos anos e com o intuito de contribuir para a história social, Carla Pinsky, escreveu

4 DARTON, Robert. *Os trabalhadores se revoltam: o Grande Massacre dos Gatos na Rua Saint-Séverin*. Em *O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro, Graal, 1986, p.15.

5 Carla Pinsky. *Estudos de Gênero e História Social*. Revista Estudos Feministas, v.17, n.1 2009, p.177

6 Ibidem, p. 88.

7 GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 16.

um ensaio intitulado *Estudos de Gênero e História Social* com o fito de traçar a trajetória da importância do gênero para a compreensão histórica, bem como a diferenciação entre gênero e história das mulheres. Mas é em sua nova obra que vai delinear o gênero e sua inserção nos estudos historiográficos, com o objetivo de entender seu significado.

Antes é preciso esclarecer como a questão de gênero é tratada neste livro. Quando falamos em Gênero, estamos falando da construção cultural do que é percebido e pensado como diferença sexual, ou seja, das maneiras como as sociedades entendem, por exemplo, o que é “ser homem” e “ser mulher”, e o que é “masculino” e “feminino”. Assim, podemos tratar essas noções sobre “masculinidade” e “feminilidade”, as oposições do tipo “santa”/“puta”, “moça de família”/“leviana”, e os papéis e identidade tais como “esposa ideal”, “boa mãe”, “pai de família”, “homossexual”, são encarados como concepções produzidas, reproduzidas, mas também transformadas ao longo do tempo, que podem variar em cada contexto social.⁸

O gênero ou os sexos não se referem a um ou mais objetos específicos, nem há vários objetos, mas referem-se, a um conjunto complexo de relações e processos. Deve-se “pensar em relações” se você quer entender o gênero não só como categoria analítica, mas como uma realidade cultural, tanto do passado como do presente. O gênero, assim considerado, tem implicações para todos os tipos de histórias que são praticados hoje.⁹

Para Joan Scott, gênero poderia ser utilizado para examinar a classe, a raça e etnia, seria também uma maneira de indicar “construções sociais”. Sobre esse aspecto expõe:

Meu propósito foi clarificar e concretizar como se deve pensar o efeito gênero nas relações sociais e institucionais, porque esta reflexão não tem sido feita frequentemente de maneira sistemática e concreta. Mas a teorização do gênero é uma maneira de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado (...).¹⁰

A historiadora Joana Maria Pedro, citou que alguns trabalhos historiográficos, mesmo não tendo em seus objetivos a discursão de gênero e das mulheres, tem integrado a discussão em suas problemáticas, fazendo aquilo que sempre foi a grande ambição desses estudos: tornar essa ques-

8 PINSKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Contexto, 2014, p.11.

9 BOCK, Gisela. “*La historia de las mujeres y la historia del género*: aspectos de um debate internacional”, *História Social*, 9 (Espana, Universidad de Valencia, Instituto de História Social, 1991, 55-77. [“Women’s History and Gender History: aspects of na Internacional Debate, *Gender and History*, 11 (1989) 7-30], p.55-77.

10 SCOOT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.16, nº2, jul/dez., 1990, p.16.



tão transversal, incorporando-a como uma categoria de análise que torna mais rica a escrita da história.¹¹

Apesar da relevância e do aumento do número de pesquisas sobre gênero e história das mulheres, a historiografia carece de trabalhos que pontuem algumas questões mais específicas como é o caso do cotidiano de homens e mulheres nas prisões. Sobre essa questão, salienta o historiador Marcos Bretas.

Os condenados e suas vidas na prisão são problemas que desafiam o historiador. Registros de prisão no Brasil, agora sob investigação, oferecem úteis informações sobre a idade, a raça e a profissão dos prisioneiros, mas nós precisamos de descrições mais detalhadas sobre o que acontecia por detrás dos seus números. Para preencher esta lacuna precisamos recorrer a um tipo diferente de escrita. Histórias sobre a vida carcerária ocupam um lugar na mente do público muito similar ao das narrativas de viajantes.¹²



Com o intuito de contribuir para os estudos das prisões, este trabalho enfatiza as experiências de homens e mulheres que foram sentenciados na Penitenciária Modelo de Aracaju. Procuramos trilhar os caminhos da História Social para dar sentido a estas vidas e historicizar as questões de gêneros observadas a partir da análise do corpo documental. A metodologia da ligação nominativa proposta por Ginzburg nos auxiliou na busca dos indivíduos e cruzamento de fontes, como exemplo citamos o caso do presidiário “Bola de Neve”, que teve seu nome registrado doze vezes no livro de parte diária do presídio e nas anotações do seu prontuário e castigos disciplinares.

Neste período Sergipe, no âmbito econômico e social sofria com os re-
quícios da transição do império para a república. Segundo Ibarê Dantas,¹³ o centro político administrativo, ganhava atenção através das decisões de suas autoridades e da importância decorrente do funcionamento das repartições públicas. No porto de Aracaju cerca de 200 navios ancoravam anualmente, trazendo passageiros e grande variedade de mercadorias que abasteciam o comércio. A indústria estava em expansão, contando com uma grande unidade, a Sergipe Indústria, fábrica de tecidos onde trabalhavam inúmeros operários. Mas é no ano de 1922 que a estrutura política, econômica e cultural de Sergipe modificou-se, com o a ascensão ao go-

11 PEDRO, Joana Maria. *Relações de Gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea*. Revista TOPOI, v.12, nº 22, jun-julh, 2011, p.277.

12 BRETAS, Marcos Luiz. O que os olhos não veem: Histórias das Prisões do Rio de Janeiro. IN: Maia, Clarissa Nunes; NETO SÁ, Flávio de; Bretas, Marcos Luiz. *Histórias das Prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 189, p.189.

13 DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p.18.



verno de Maurício Graccho Cardoso¹⁴, pertencente ao grupo político da oligarquia local. Sua atuação foi marcada pela construção de obras qualificadas como modernizantes para o Estado, dentre elas a Penitenciária Modelo. Em 23 de outubro de 1926 foi inaugurada o reformatório penal, em sua rotina diária cada presidiário habitava um cubículo, provido de cama, aparelho sanitário, torneira para água e alguns objetos destinados ao uso diário. Em seus primeiros dias de funcionamento foram transferidos da cadeia velha apenas 71 detentos, como vimos nos primeiros registros do seu livro de abertura¹⁵.

O Governo do Estado no início do século XX, procurava mecanismos para resolver os problemas da mendigância e da vagabundagem em Sergipe, tinha como solução a implantação de uma colônia correccional, instalando uma penitenciária modelo. O Governo Sergipano acompanhava os debates acerca do ideal de “limpeza” dos vadios. Nos trabalhos das historiadoras Ana Rios e Hebe de Matos¹⁶ vimos que era recorrente a preocupação com os chamados libertos que tomou palco dos trabalhos de “pós-abolição” no Brasil, seria uma questão específica a qual se pautava no que fazer com o “povo” brasileiro e a famosa “questão social”. Elas mencionaram ainda que ao se tratar de pós-emancipação, há apenas as designações de cor como via de acesso ao ex-cativos. Como exemplo para Sergipe citamos o caso do roceiro Amora, registrado pelo Serviço de Identificação da Penitenciária Modelo de Aracaju, no ano de 1946, como preto e cumprindo pena por lesões corporais, talvez se Amora tivesse sido identificado em anos anteriores à década de 40, sua cor seria ocultada, pois o Instituto de Estatística Brasileiro não identificava esta categoria.¹⁷.

Os detentos e os guardas

Os conflitos e transgressões com os guardas eram comuns. Os detentos se rebelavam contra as regras impostas e faziam daquele estabelecimento um lugar dinâmico com inúmeras práticas de violência e insubordinações. Fato interessante ocorreu com o guarda Dario Santos ao ouvir uma música com o enfermeiro de plantão, o detento Lelo, cantava em voz alta sendo chamado atenção pelo guarda. Em seguida o detento sussurrou em bom tom! *“que parasse o radio que ele era surdo e ouvindo o radio*

14 Quando eleito Presidente do Estado, Maurício Graccho Cardoso (1922-1926), marcou a História Política de Sergipe do século XX, líder da gestão mais modernizadora da época. Construiu obras importantes como a penitenciária, o amplo mercado e o matadouro, todos qualificados como modelos.

15 Livro de Parte Diária da Penitenciária Modelo de Aracaju, 1926. APES – Segurança Pública.

16 MATTOS, Hebe Maria de; RIOS, Ana Maria. *O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas*. Revista Topoi, v.5, n.8, 2004, p.170.

17 Livro de Identificação de Presos, 1946, p.30. APES – Segurança Pública.

*não dormia”. O guarda Dario disse ser “um abuso do detento e que se ele fosse surdo não ouviria nada, mas em minutos depois ouviram um forte assuviu que saiu do raio”*¹⁸ onde morava o detento, a fim de perturbar a vigilância da Penitenciária.

Outro fato registrado, aconteceu na manhã de domingo do ano de 1936, ocasião que ocorreu a missa para todos os presidiários e compareceram cerca de 450 pessoas, inclusive familiares dos presidiários. No momento, o sentenciado nº 75 se achava desorientado e proferiu ofensas verbais à pessoa do guarda Artemio Braga, dizendo que ele *deveria tirar o resto da sentença com ele e ir para casa da peste!* E por isso foi recolhido ao cubículo.¹⁹

Os relatos das fontes nos dão indícios de que, as relações de gênero eram permeadas por conflitos pessoais e por disputas de espaços, a vida cotidiana na Penitenciária Modelo era conturbada, a todo momento a disciplina entrava em jogo e a aplicação dos castigos, era a única forma que o aparelho administrativo tinha para conduzir essas atitudes. Os detentos não respeitavam nem os dias de visitas dos familiares para se rebelarem, achavam até que estes traziam mais facilidades para tais atos. Alguns casos eram até qualificados como perigosos e de difícil resolução como foi o fato ocorrido com o detento “Bola de Neve”, que discutiu com o guarda usando palavras indecentes, dando-lhe dois tapas na cara e em seguida puxou um canivete para furá-lo²⁰. Bola de Neve era sem dúvidas um dos mais dissimulados detentos da década de 40, foram encontradas 13 ocorrências no Livro de Parte Diária da Penitenciária Modelo.

Essa passagem lembra o que Michel de Certeau mencionou sobre a delinquência, ao afirmar que ela tem por especificidade viver à margem, mas nos interstícios dos códigos que desmancha.²¹ O que será que faz estes indivíduos subverterem a ordem das regulamentações instituídas no espaço prisional, a ponto de disputarem entre si e com aparelho administrativo um poder?. Certamente esse espaço de conflitos entre os homens, faz parte de uma ordem culturalmente estabelecida e que em muitos dos casos foram adquiridos em sua vida pregressa, por alguma insatisfação que a vida lhes proporcionou.

A partir de agora, conheceremos episódios de personagens que por algum motivo, passaram na Penitenciária Modelo de Aracaju e nos fez refletir as ações de por suas transgressões e relações de poder instituídas.

18 A Penitenciária era dividida em pavilhões e identificados como raio sul e raio norte.

19 Livro de Parte Diária da Penitenciária, 1937, p.40. APES – Segurança Pública.

20 Inquérito Administrativo, 1935, p.24. AJES – Processo Crime.

21 CEARTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Artes de Fazer, Petrópolis: Vozes, 1994.

O episódio do “tira sangue”

O comerciante Alceu Lopes, registrado no Serviço de Identificação como um indivíduo moreno, com cabelos pretos, de instrução primária e natural de Sergipe, entrou na Penitenciária em oito de junho de 1946, pelo crime de atentado ao pudor, perpetrado ao menor Lauro nas intermediações do povoado Jabotina. Sobre o fato o menor disse que no dia 30 de dezembro por volta das quatorze horas, ao vir de casa para a rua Riachuelo, passou na frente do estábulo de Alceu Lopes e foi chamado por Jacinto. Ao encontrá-lo foi levado ao mato próximo ao estabulo. Em seguida Jacinto mandou que ele baixasse as calças, ao que se negou de fazê-lo, mas Jacinto ameaçou bater com o cinturão e conseguiu arrear as calças, feito isso “fez o serviço, deixando-o com a bunda suja e toda ensanguentada”²².

Os fatos foram observados no laudo do Corpo de Delito, realizado a pedido do Dr. Chefe de Polícia na abertura do inquérito policial:

Procedeu-se, de início, a exame de corpo delito no menor Lauro Santos. Os peritos declaram: “Lauro Santos, sergipano, preto, estatura e constituição medianas, dizendo ter 7 anos de idade, vítima de estupro (cópula carnal), apresenta: exhymose e erosões cutâneas na mucosa anal, sangrentas ao toque a dilatação do anus com relaxamento do sphinter. “Assim, responderam aos quesitos: 1) houve cópula (anal); 2) não havia vestígio de violência para domínio físico.”²³

Sobre os fatos foram ouvidas três testemunhas. As duas primeiras falaram sobre o estado que ficou o garoto após ser violentado. A terceira presenciou a condução do menor para “os matos” pelos acusados. Quanto a conduta de Alceu Lopes, nada disseram e sobre Jacinto, informaram que é um elemento desclassificado e que sempre praticou crimes de furtos.

Em 31 de dezembro Jacinto foi ouvido e cinicamente repetiu as declarações do menor. “Chamei ele e levei para os matos e fiz ele descer as calças e que limpou-se com suas roupas”, “tirei sangue”. Ao ouvir Jacinto, Alceu confessa a mesma história, mas diz que não usou de violência. No relatório da investigação sobre os antecedentes dos criminosos, consta que Jacinto Moraes foi descrito como um “maloqueiro”, conhecido pela polícia, com entradas na detenção por ter durante algum tempo, integrado a célebre dupla “Jacinto Manteiga” que operava na capital aracajuana. Já Alceu, possuía vida regular, criado em meio à família, sob a vista dos pais, empregando seu tempo em trabalho honesto e produtivo, não tendo antecedentes criminais pela polícia. Os réus foram condenados no artigo 214, do Decreto Lei nº 2.848, do ano de 1940.

22 Relatório de Livramento Condicional, 1946, p.7. APES – Segurança Pública.

23 Resumo descritivo do crime e suas circunstâncias e da marcha do processo. Prontuário nº 155. APES – Segurança Pública.



O fato mencionado nos faz refletir sobre o estatuto social e os códigos de valores impostos pela sociedade, traz informações sobre uma masculinidade que deveria ser ocultada. O homossexual possui um comportamento desviado e não mais um comportamento “viril”, contradizendo a sua oposição binária. Como vimos nos estudos de James Green, ao pontuar que os homens de alta classe podiam ocultar sua vida sexual, pois eram respeitados e em relação a estrutura hierárquica de classe da sociedade brasileira, os membros de elite que desejavam sexualmente outro homem estavam protegidos das inconveniências da interferência policial²⁴.

Importante mencionar Pinsky, ao afirmar que o termo sexo foi questionado por remeter ao biológico e a palavra gênero passou a ser utilizada para enfatizar os aspectos culturais relacionados às diferenças sexuais. Gênero remete à cultura, aponta para a construção social das diferenças sexuais, diz respeito às classificações sociais de masculino e de feminino.²⁵

O atestado ao pudor do menino negro Lauro nos coloca diante dos indícios das relações de gênero e também das ações violentas e marginalizadas que sofria um indivíduo negro nas arestas da convivência cotidiana. Aponta Stuart Hall:

(..) Não é somente para apreciar as diferenças históricas e experiências dentro de, e entre, comunidades, regiões, campo e cidade, nas culturas nacionais e entre as diásporas, mas também reconhecer outros tipos de diferença que localizam, situam e posicionam o povo negro. A questão não é simplesmente que, visto que nossas diferenças raciais não nos constituem inteiramente, somos sempre diferentes estamos sempre negociando diferentes tipos de diferenças – de gênero, sexualidade, classe. Trata-se também do fato de que esses antagonismos se recusam a se aglutinar em torno de um eixo único de diferenciação. Estamos constantemente em negociação, não com um único conjunto de oposições que nos situe sempre na mesma relação com os outros nas com uma série de posições diferentes (...) ²⁶.

O fato aponta para algumas inquietações? Será que se Lauro fosse um menino branco sua história de vida seria a mesma? Afinal, qual seria a qualificação de Alceu Lopes? É apresentado como indivíduo moreno, mas afinal qual a origem dessa definição étnica? Essas foram as histórias vivenciadas em Sergipe no período pós-abolição, que trazem lembranças

24 GREEN, James Naylor. *Além do Carnaval. A homossexualidade no Brasil do século XX*. Tradução: Cristina Fino e Cassio Arantes Torres. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p.36.

25 PINSKY, Carla. *Estudos de Gênero e História Social*. Revista de Estudos Feministas. Janeiro/abril de 2009, p. 162.

26 HALL, Stuart. “Que negro é esse na cultura negras?”. IN: HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p.346.



de um passado negro, como afirma ainda Hall²⁷, os homens negros continuaram a viver sua contra-identidades, enquanto masculinidades negras e reapresentam fantasias de masculinidades negras.

Esse episódio abre questões para o debate das relações étnico-raciais e de gênero, que não acabam aqui, pois retornamos mais uma vez para as “artimanhas” do homem livre de cor, qualificado como carregador.

“Bola de Neve”: um homem livre de cor

Brigas, rixas, ferimentos, contravenções e espertices, constituíam os registros do livro criminal de Jossias Santos, vulgo, Bola de Neve²⁸. A polícia sergipana já não sabia mais o que fazia com seu instinto “desordeiro e destemido”, era sem dúvidas o personagem da cena mais triste da história policial de Sergipe. Nasceu em Alagoas, em 14 de setembro de 1914, no município de Penedo e durante muitos anos exerceu a profissão de carregador. Em seu prontuário foi qualificado como um homem malandro, que vivia de bajulações e expedientes. Era conhecido por todos como farrista e frequentador dos cabarés de fins de ruas. A polícia não o queria na capital aracajuana e logo foi deportado para cidade de Propriá, não possuía família nem vínculos amoroso, seu feitiche era mesmo o mundo do crime.

Bola de Neve foi preso na madrugada de 18 de fevereiro de 1940, pelo seguinte fato delituoso. Ao sair do cabaré de Fetó, na cidade de Propriá em companhia de Ayrton, que em silêncio andavam nas ruas completamente desertas do interior, Bola de Neve já bêbado, trazia debaixo do braço uma garrafa de cachaça e juntamente a Ayrton atravessaram o beco do profundo e ao passarem em uma casa viram o padeiro Marcos Silva, deitado em uma construção e dormindo, profundamente. Os dois companheiros combinaram de agredir fisicamente Marcos Silva. Logo investiram contra o padeiro acordando-o à bofetadas, travando-se em uma luta corporal, no ato, Ayrton Mota segura Marcos Silva pelas costas e Bola de Neve esfaqueia violentamente o corpo do padeiro. Perpetrado o crime, os dois foram em direção a praça Olímpio Campos e no momento, Bola de Neve estava portando um paletó vermelho sujo de sangue da vítima, mas para ocultar a prova que o denunciaria, desfez do paletó atirando-o em cima de um telhado. Os dois amigos separaram-se e Bola de Neve foi para os fundos de um bilhar onde costumava pernoitar, Ayrton foi para sua residência que ficava nas proximidades.

Ao amanhecer Bola de Neve descobriu que na sua calça também apareciam manchas de sangue, foi então à casa da lavadeira Maria Torres onde tinha um terno lavado. Não encontrando-a, penetrou na residência

27 Ibidem, p.346-347.

28 Relatório de Livramento Condicional, 1940. APES – Segurança Pública.



da lavadeira, trocou de roupa e começou a rasgar a calça ensanguentada. Quando a lavadeira chegou no local, estranhou a presença de Bola de Neve. No momento do encontro, explicou que tinham roubado seu paletó e não queria a calça, no ato Joana pediu-lhe para dar a seu pai que era necessitado e Bola de Neve negou-se e jogou a calça já rasgada sobre o telhado. O crime continuou no silêncio, ao amanhecer a polícia descobriu o cadáver de Marcos Silva e procedeu o exame de corpo delito.

A polícia iniciou as ações para descobrir o vilão do perverso crime. O chauer²⁹ da cidade de Propriá, Pedro Alves, estacionou o seu automóvel debaixo de uma árvore enquanto aguardava uma corrida e olhando para cima de uma casa, descobriu sobre o telhado um pano avermelhado. No momento ficou pensativo! Será que teria alguma ligação com o crime? Mais tarde, depois de guardar o automóvel, foi ao bilhar. Ali chegou Bola de Neve e entrou na conversa da calçada do bilhar sobre o crime ocorrido na madrugada. Bola de Neve, cinicamente acrescenta: - *Acho difícil que a polícia descubra o criminoso, pois a polícia de Aracaju que é mais eficiente não tem descoberto casos iguais, quanto mais esse*³⁰. Pedro Alves então contou o que viu e perguntou se não haveria alguma relação com o crime. Bola de Neve desconcentrou-se e ficou apreensivo, retirando-se. Tendo presenciado essa atitude Pedro Alves, imediatamente, dirigiu-se para o local onde viram o pano em cima do telhado e avisou a polícia. Tiraram o pano e identificaram que se tratava do paletó do temido Bola de Neve.

Bola de Neve, foi preso, processado e condenado, quando ingressou na Penitenciária Modelo, matriculando-se sobre o número 257. Acostumado a viver na vadiagem nada fazia no mundo a não ser cometer erros e delitos. A penitenciária seria a morada mais certa de Bola de Neve, não era muito de trabalhar e quando chegou lá continuou a ser desajustado. Sua estadia na Penitenciária Modelo não foi calma, a diretoria tentou reeducá-lo mas não conseguiu. Bola de Neve ao invés de frequentar as oficinas como muitos colegas faziam, preferia viver pelos cantos tecendo intrigas e procurando barulho. Seu comportamento era dos piores, como observamos nos registros do seu prontuário.

29 Motorista, pessoal que conduz automóvel.

30 Processo Crime, 1941, p.8. AJES .

CASTIGOS - PENITENCIÁRIA MODELO DE ARACAJU- “Bola de Neve”

MÊS	DIA	ANO	CAUSA	PENA DISCIPLINAR
Maio	25	1942	Por desacatar o guarda.	Trancado por 16 dias
Junho	16	1942	Por não ter cumprido ordens regulamentares.	Trancado por 2 dias
Julho	9	1942	Por ter perturbado o silêncio da noite e rebelar-se quando advertido pelo guarda.	Trancado por 30 dias
Setembro	19	1943	Por ter sido apanhado em jogos de dados.	Trancado por 3 dias
Outubro	10	1942	Por ter levantado acusações falasas a respeito de seu colega na prisão.	Trancado por 2 dias
Janeiro	24	1943	Por ter desobedecido as ordens que lhe foram transmitidas e insubordinar-se quando advertido.	Trancado por 30 dias
Abril	22	1943	Por ter recusado a fazer faxina.	Trancado por 10 dias
Junho	2	1943	Por ter subtraído uma penca de chaves pertencentes à Casa jogando-a na privada.	Trancado por 20 dias

Continua...

MÊS	DIA	ANO	CAUSA	PENA DISCIPLINAR
Setembro	10	1943	Por ter ofendido moralmente seu companheiro.	Trancado por 5 dias
Abril	17	1944	Por ter apanhado jogando dados.	Trancado por 15 dias.
Junho	30	1944	Por ter tomado parte do jogo.	Trancado por 10 dias.
Fevereiro	02	1945	Por ter empenhado em luta corporal com o colega.	Trancado por 20 dias.
Junho	21	1945	Por ter discutido e brigado com o colega.	Trancado por 6 dias.

Fonte: APES – Relatório de Livramento Condicional, 1946.

Mais uma vez a direção do estabelecimento qualificou “Bola de Neve”, como um detento de comportamento péssimo e de caráter mentiroso, intrigante e provocador. E a história do “Bola de Neve” não parou por aqui! No livro de ocorrência datado de 16 de novembro do ano de 1942, ele foi escoltado ao Hospital Cirurgia, afim de se submeter a uma ligeira intervenção cirúrgica e assim que teve alta foi conduzido ao estabelecimento penal. Interessante é saber porque Bola de Neve tinha se submetido a uma cirurgia? Pois é! O livro de histórias criminosas de “Bola de Neve” continua. O inquérito administrativo contra Dario Santos, guarda da Penitenciária Modelo, nos fornece informações de tal ocorrido.

No dia nove de fevereiro do ano de 1941, às quatorze horas mais ou menos, estava o guarda Pedro Silva em sua banca de trabalho conversando com o detento Carlito, para aconselhar “Bola de Neve” a não ir mais ao seu cubículo falar dele. No momento o detento Bola de Neve, estava sentado no pé da escada que dá acesso ao pavimento superior do presídio, próximo ao local. O guarda sacou o revólver e disse *Negro você continua a debicar de mim!*. Apertou o gatilho alvejando Bola de Neve com vários tiros, que devido aos ferimentos, correu refugiando-se no cubículo de cabeleira e mesmo assim foi perseguido pelo denunciado até esgotar a carga de sua arma sobre a vítima indefesa a quem devia respeitar-lhe³¹.

31 Inquérito Administrativo, 1941, p.16. AJES.

Dessa vez é pego o desordeiro Bola de Neve, por revoltar-se contra os constrangimentos e deboches atribuídos ao seu tom de pele. Quase nada sabe-se de sua vida pregressa, apenas que é natural do estado de Alagoas, viveu no município de Penedo por alguns anos e era analfabeto. Aspectos estes que apontam para as reflexões de Guimarães³² ao salientar que o abandono a que estava relegada a população negra, sua falta de instrução e seus costumes arcaicos foram responsáveis pela situação de “degenerescência” dos negros.

É perceptível notar que o preconceito sofrido por Bola de Neve, nos faz recordar também, sua descendência escrava. Insultos a negros eram comuns desde o oitocentos nas prisões, como aponta Carlos Eduardo Moreira, ao estudar as prisões do Rio de Janeiro, enfatizou que o espaço urbano contava com uma infinidade de africanos recém-desembarcados, convivendo com escravos crioulos e ladinos que circulavam pelas ruas coloniais. As punições aos desvios de conduta já eram velhas conhecidas dos pretos e mestiços escravos: tronco, ferros e prisão.³³

O episódio que envolveu Bola de Neve, nos remete aos escritos de Fabiane Popiniggins, no trabalho com processos crimes na primeira república, ao afirmar que os processos –crimes são “bons lugares” para encontrar as classes populares, vistas como perigosas³⁴. A história do carregador Bola de Neve, mostra mais que as práticas de violência na prisão, faz pensar questões que foram além de seu comportamento dissimulador e destemido, como é o fato dele ser “negro” e certamente ter aguentado insultos e preconceitos a sua “cor”. Importante notar também que seu nome criminal, “Bola de Neve” é oriundo de seu estado de está aqui e acolá e é pseudônimo utilizado por grandes facções criminais.

A história de Bola de Neve abre um leque de interrogações e lembra os escritos de Oliveira³⁵, quando afirma que com tantas graduações de cor, segregar pessoas na base da cor implicaria em grandes inconvenientes, como aconteceu nos fragmentos dessa história. Em outros momentos continuaremos a percorrer o passado negro de Bola de Neve e quem sabe encontrar mais informações acerca de suas experiências como homem livre e de cor.

32 GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Democracia Racial: o idal, o pacto e o mito. IN: GUIMARÃES. Antônio Sérgio. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: FAPESP, 2004, p.149

33 ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. Entre dois cativos: escravidão urbana e sistema prisional no Rio de Janeiro, 1790-1821. IN: *História das Prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 217.

34 POPINIGINS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007, p. 179.

35 OLIVEIRA, Eduardo de Oliveira. “O mulato, um obstáculo epistemológico”. IN: *Argumento*, ano I, nº 3, 1974.



Lolita, doméstica e com afazeres de prostituta

Lolita, nasceu em São Cristovão, em 2 de julho de 1917. O pai era carpinteiro e a mãe trabalhava nos afazeres da casa. Seus pais tiveram 13 filhos, dos quais somente dois não sobreviveram. Seguindo a religião dos seus pais comungou pela primeira vez aos sete anos. Não frequentou escola, a família era grande e o ganho pouco. Aos onze anos foi admitida na fábrica de tecidos com o ordenado de CR\$ 15,00 semanais. Aos quinze anos começou a namorar com um rapaz empregado na fábrica. Dois anos depois, fugiu de casa e foi viver em São Cristovão. Ao fim de oito meses foi abandonada pelo amante, voltando para a casa de sua mãe em adiantado estado de gravidez. Passou então a viver com outro homem, porém este resolveu abandoná-la dentro de pouco tempo. Não deixou de trabalhar na fábrica mas também continuou os afazeres de prostituta.

Dos seus irmãos, um cometeu crime de ferimentos e foi condenado a dois anos e seis meses, tendo cumprido a pena na Penitenciária Modelo. Outros deixaram a casa dos pais e três irmãs também se prostituíram. Foi recolhida à Penitenciária no dia 16 de dezembro do ano de 1945. Desde então começou a trabalhar na lavagem de roupa para o estabelecimento, ganhando mensalmente cinquenta cruzeiros. Praticou apenas uma falta ao insultar com palavras injuriosas a sentenciada Carlita Pitanga, com quem reconciliou-se logo em seguida. E foi por essa falta levemente castigada.

Lolita foi presa em 24 de outubro do ano de 1945, na Rua Maroim, na cidade de São Cristovão, por simular uma briga com o irmão Maurício, fazendo-o com o intuito de atrair a atenção de Pedro Mota, conhecido por Queixada, para que este entrasse também na confusão. Pedro, aproximou-se, advertiu-a nestes termos: você junto a mim não bate em seu irmão. Ao que ela responde: “*não bato nele, mas bato em você, seu filho da peste!*” E logo em seguida, servindo-se de um cacetete, diferiu um violento golpe no couro cabeludo de Pedro Mota. Maria Santos, que presenciava o caso, tentou socorrer o ferido, recebendo então uma cacetada de Lolita. A ré pegou uma faca vulgarmente denominada peixeira e produziu quatro ferimentos em Pedro Mota, sendo o último deles no ventre, de vinte centímetros de extensão. Pedro Mota saiu rolando pelo chão e caiu dentro de um tanque, de onde foi retirado por algumas mulheres, já agonizante.

O caso ocorrido com Lolita possui aspectos que nos chamam atenção para as relações de sociabilidade e de conflitos entre seus conhecidos e os usos que as mulheres faziam de sua convivência para prestar acertos de contas, contradizendo os estereótipos propostos a condição feminina na primeira república. Lolita era uma mulher dócil e submissa que subverteu a ordem e resolveu em praça pública seus anseios. Essa história lembra os



debates teóricos e metodológicos pretendidos acerca da honra e prostituição, por Sueann Caufield e Cristiana Schettini³⁶.

Nos relatos das peças judiciais percebemos, que Lolita para além de trabalhar nos serviços domésticos, continuou seus afazeres de prostituta. Certamente poderia ter sido pela sua situação econômica e/ou vontade de quebrar os paradigmas que lhes eram “impostos” numa sociedade que tinha o intento de moralizar os cidadãos. Afinal suas três irmãs também prostituíam-se, resta-nos pensar o fato de ter levado a família de Lolita a essa prática? Logo, ter sido uma mulher de *vida livre* constituiu uma das escolhas e forma de sobrevivência de Lolita, por não poder permear espaços que não lhes eram permitidos.

Conclusão

O que fazer diante das evidências ou controvérsias apontadas nos fragmentos das histórias apontadas? Podemos dizer que o gênero e a definição étnica estão diretamente relacionados ao debate político, econômico e cultural predominantes na época. Observamos nas fontes trabalhadas que as relações de gênero estavam permeando os espaços da predominância do poder e apontando para a construção social, seja ela de classe e ou grupo étnico. Foi neste cenário que percebemos as histórias de indivíduos que tentaram estabelecer suas vivências, mas que por haverem transgredido ao ordenamento legal foram julgados e condenados, como pôde ser visto nos casos do temido Bola de Neve, do assíduo trabalhador Ancião e da prostituta Lolita.

A partir dos debates da História Social foi possível entender as formas como estes homens e mulheres atribuíram significados a suas vidas. E neste sentido continuamos de acordo com Darnton, quando destaca a ideia de *explorar as tendências ocultas dos acontecimentos, a maneira como a história não se deixa confinar no passado e vem até o presente. Pois outras histórias surgiram nestes muros que lembram um castelo medieval, ladeado com duas torres laterais, a então moderna Penitencária de Aracaju.*



36 Ver: CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro*. Campinas, 2000; SCHETTINI, Cristiana Pereira. *Que Tenhas teu corpo: Uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.